

SUMÁRIO

1

INTRODUÇÃO	23
1.1. Direito Penal Tributário e Direito Tributário Penal	27
1.2. Elisão tributária e evasão tributária.....	30
1.3. Evasão tributária e delito.....	31
1.4. Evasão tributária e sonegação fiscal.....	33
1.5. Independência das instâncias administrativa e penal	34
1.6. Denominação e delimitação do tema	36
1.7. Histórico da legislação.....	37

Direito Penal – Parte Geral

2

LEI PENAL	45
2.1. Tipo penal.....	46
2.2. Lei penal em branco.....	46
2.3. Analogia e interpretação analógica.....	47
2.4. <i>Abolitio criminis</i>	49
2.5. Concurso aparente de leis	51
2.5.1. Critério da especialidade.....	51

2.5.2. Critério da consunção	53
2.5.3. Critério da subsidiariedade.....	54
2.5.4. Critério da alternatividade	55

3

TEORIA DO DELITO 57

3.1. Bem jurídico	57
3.2. Sujeito ativo	60
3.2.1. Autoria direta.....	61
3.2.2. Autoria por domínio da vontade (autoria intelectual)	62
3.2.3. Participação	63
3.2.4. Identificação do sujeito ativo.....	65
3.2.4.1. Contrato social e procuração.....	66
3.2.4.2. Individualização dos atos de execução	70
3.2.4.3. Decisões colegiadas.....	72
3.2.5. Administrador público.....	73
3.3. Dolo.....	74
3.3.1. Erro de tipo (orientação de advogado ou contabilista).....	75
3.3.2. A especial finalidade da conduta (dolo específico)... ..	78
3.3.2.1. Delitos de tendência interna ou expressão de sentido	80
3.3.3. Ignorância proposital ("cegueira deliberada")	81
3.4. Tentativa e consumação.....	82
3.4.1. Exaurimento.....	85
3.4.2. Arrependimento eficaz.....	86
3.4.3. Arrependimento posterior	88
3.5. Concursos de crimes	90
3.5.1. Concurso material	90
3.5.2. Concurso formal	91
3.5.3. Continuidade delitiva.....	93
3.6. Culpabilidade.....	95

3.6.1. Inexigibilidade de conduta diversa (dificuldades financeiras)	96
3.6.2. Inexigibilidade de conduta diversa (subordinado).....	100
3.7. Punibilidade.....	101
3.7.1. Bagatelas (insignificância penal).....	101

4

EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE 103

4.1. Reparação do dano.....	104
4.1.1. Fundamento sistêmico da extinção da punibilidade nos crimes contra a ordem tributária.....	105
4.1.2. Instrumentalização administrativa do Direito Penal...	106
4.2. Histórico da legislação	107
4.3. Pagamento integral	112
4.3.1. Outras modalidades de extinção do crédito tributário	113
4.4. Moratória (parcelamento).....	115
4.4.1. Pretensão punitiva.....	116
4.4.2. Requisitos	118
4.4.3. Outras modalidades de suspensão do crédito tributário.....	119
4.4.4. Prazo prescricional.....	120
4.5. Fatos típicos praticados como meio para a evasão	121
4.6. Anistia	122

Direito Penal – Parte Especial

5

ART. 1º, CAPUT, DA LEI Nº 8.137/90 127

5.1. Considerações gerais	128
5.2. Elementos objetivos do tipo.....	131

5.3. Conduta.....	134
5.4. Elemento subjetivo da conduta	137
5.5. Sujeito ativo	139
5.6. Consumação e tentativa.....	140
5.7. Concurso de crimes	142
5.8. Meios fraudulentos.....	146
5.8.1. Inciso I.....	146
5.8.2. Inciso II.....	147
5.8.3. Inciso III	149
5.8.4. Inciso IV	150
5.8.5. Inciso V	153
5.9. Consunção	155

6

ART. 2º, I, DA LEI Nº 8.137/90 157

6.1. Considerações gerais	157
6.2. Elementos objetivos do tipo.....	158
6.3. Conduta.....	161
6.4. Elemento subjetivo da conduta	161
6.5. Sujeito ativo	161
6.6. Consumação e tentativa.....	162
6.7. Concurso de crimes	163

7

ART. 337-A DO CÓDIGO PENAL 165

7.1. Considerações gerais	165
7.2. Elementos objetivos do tipo.....	165
7.3. Conduta.....	166
7.4. Elemento subjetivo da conduta	167
7.5. Sujeito ativo	168
7.6. Consumação e tentativa.....	168
7.7. Concurso de crimes	169

7.8. Meios fraudulentos.....	170
7.8.1. Inciso I.....	171
7.8.2. Inciso II.....	171
7.8.3. Inciso III	172

8

ART. 2º, II, DA LEI Nº 8.137/90 175

8.1. Considerações gerais	175
8.1.1. Os tributos indiretos	177
8.1.1.1. A apuração dos tributos indiretos (exemplo do ICMS).....	179
8.1.2. Os tributos devidos por agente de retenção	182
8.2. Elementos objetivos do tipo.....	182
8.2.1. O objeto da evasão no caso do ICMS e a polêmica relativa à substituição tributária.....	185
8.3. Conduta.....	190
8.4. Elemento subjetivo da conduta	191
8.5. Sujeito ativo	192
8.6. Consumação.....	193
8.7. Concurso de crimes	194
8.8. A polêmica sobre a configuração de uma suposta “prisão por dívida”	197
8.9. As alterações introduzidas pela jurisprudência em relação à evasão de ICMS.....	200
8.9.1. A alteração da propriedade do valor cobrado a título de ICMS	201
8.9.2. A equiparação da omissão no recolhimento do ICMS à apropriação indébita devido à alteração do conteúdo volitivo do dolo	202
8.9.3. Modalidade de dolo	204
8.9.4. A prova da finalidade do sujeito	207
8.9.5. A contumácia	209
8.9.5.1. O significado do termo contumácia no Direito Tributário.....	210

8.9.5.2. O significado do termo contumácia no Direito Penal.....	212
8.9.5.3. A natureza jurídica da contumácia.....	213
8.9.5.3.1. A contumácia como elemento do tipo	214
8.9.5.3.2. A função originalmente atribuída à contumácia no julgamento do RHC 163.334/SC	214
8.9.5.3.3. A contumácia como aspecto denotador da relevância social do fato.....	215
8.9.5.3.4. O merecimento de pena na estrutura do delito.....	216
8.9.5.3.5. A contumácia e o merecimento de pena.....	218
8.9.5.3.6. A contumácia e o valor da evasão como referências do merecimento de pena.....	219

9

ART. 168-A DO CÓDIGO PENAL	221
9.1. Considerações gerais	221
9.2. Elementos objetivos do tipo.....	223
9.3. Conduta.....	224
9.4. Elemento subjetivo da conduta	225
9.5. Sujeito ativo	226
9.6. Consumação e tentativa.....	227
9.7. Concurso de crimes	227
9.8. § 1º, inciso I	228
9.9. § 1º, inciso II.....	229
9.10. § 1º, inciso III.....	230
9.11. A classificação do crime na modalidade formal.....	231
9.11.1. Crítica ao fundamento da classificação do crime na modalidade formal pela jurisprudência.....	233
9.11.2. A classificação do delito na modalidade material para a análise da justa causa para a ação penal.....	234
9.11.3. A classificação do crime na modalidade material para a incidência da Súmula Vinculante nº 24	235
9.11.4. Resumo.....	237

10

ART. 1º, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 8.137/90..... 239

10.1. Considerações gerais	239
10.1.1. Objetividade jurídica	241
10.2. Elementos objetivos do tipo.....	241
10.3. Conduta.....	244
10.4. Elemento subjetivo da conduta	245
10.5. Sujeito ativo	245
10.6. Consumação e tentativa.....	246
10.7. Concurso de crimes	247

11

ART. 2º, III, DA LEI Nº 8.137/90 249

11.1. Considerações gerais	249
11.2. Elementos objetivos do tipo.....	250
11.3. Conduta.....	252
11.4. Elemento subjetivo da conduta	252
11.5. Sujeito ativo	252
11.6. Consumação e tentativa.....	253
11.7. Concurso de crimes	254

12

ART. 2º, IV, DA LEI Nº 8.137/90 257

12.1. Considerações gerais	257
12.2. Elementos objetivos do tipo.....	258
12.3. Conduta.....	259
12.4. Elemento subjetivo da conduta	259
12.5. Sujeito ativo	260
12.6. Consumação e tentativa.....	260
12.7. Concurso de crimes	260

13

ART. 2º, V, DA LEI Nº 8.137/90 263

13.1. Considerações gerais	263
13.2. Elementos objetivos do tipo.....	265
13.3. Conduta.....	266
13.4. Elemento subjetivo da conduta	267
13.5. Sujeito ativo	267
13.6. Consumação e tentativa.....	268
13.7. Concurso de crimes	269

Direito Processual Penal

14

LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO E AÇÃO PENAL..... 273

14.1. Justa causa para a ação penal.....	275
14.2. "Representação fiscal para fins penais"	277
14.3. Condição objetiva de punibilidade.....	279
14.4. A Súmula Vinculante nº 24 do STF.....	283
14.4.1. A falta de pressuposto para a edição da súmula.....	284
14.4.2. O conteúdo da súmula	285
14.4.3. O âmbito de incidência da súmula.....	286
14.4.4. O "leito de Procusto" da jurisprudência.....	288
14.4.4.1. "Suspensão" do inquérito policial	289
14.4.4.2. Concurso de crime de sonegação fiscal com outros crimes	289
14.4.5. Consequências da efetiva aplicação da súmula	290
14.4.5.1. A consumação do "delito"	291
14.4.5.2. Sujeito que implementa a consumação do fato típico.....	292
14.4.5.3. Controle da criminalidade.....	292
14.4.5.4. Prescrição.....	293
14.4.5.5. Efeitos da consumação em relação aos "crimes- -meio"	295
14.4.6. Resumo.....	296

15

AÇÃO PENAL.....	299
15.1. Notícia crime	299
15.2. Inquérito policial.....	303
15.3. Denúncia.....	304

16

QUESTÕES PREJUDICIAIS	309
------------------------------------	------------

17

MEDIDAS ASSECURATÓRIAS	313
17.1. Sequestro.....	314
17.2. Hipoteca legal.....	317
 BIBLIOGRAFIA	 319